

## BASE DE AVIACAO DE TAUBATE

## Estudo Técnico Preliminar 1/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64009.000023/2026-64

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente análise tem por objetivo verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada em manutenção do Carro Contra Incêndio Fênix 4x4 Lavrita de Chassi Scania Modelo P440, com fornecimento de todo o material, equipamentos e mão de obra necessários para execução do serviço, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente estudo.

2.2. Para análise do presente estudo foram listados e examinados os normativos que disciplinam sobre manutenção de veículos, bem como, para comparação das alternativas encontradas e atendimento das condições foi considerado o seguinte:

2.2.1. O objetivo da manutenção não deve ser entendido como o de restabelecer as condições originais dos equipamentos ou sistemas, mas sim o de garantir a disponibilidade desses, para que possam atender a uma finalidade de emprego com confiabilidade, segurança e a custos adequados.

2.2.2. Ainda se utiliza o termo manutenção no lugar do termo reparação. A reparação é executada após a ocorrência das falhas, e a manutenção representa o conjunto de ações sistemáticas de forma a se evitar e corrigir as falhas.

2.2.3. A manutenção inclui atividades relacionadas com o tratamento de falhas-deteção, reparo, investigação das causas fundamentais e estabelecimento de contramedidas para a sua reincidência.

2.2.4. A manutenção, em um sentido mais amplo, envolve a modificação das condições originais dos equipamentos, através da introdução de melhorias para evitar a ocorrência ou reincidência das falhas, reduzir os custos e aumentar a operacionalidade.

2.3. Neste contexto, o presente certame apresenta não apenas os estudos preliminares realizados pela Equipe de Planejamento que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, com todas as etapas previstas no art. 24, § 1º, da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017, mas também traz o estudo de gerenciamento de riscos, materializado no mapa de riscos, conforme art. 26 da referida instrução, observados os demais parágrafos.

2.4. Tendo por base o o disposto no Artigo 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021, o serviço contratado se enquadra como um objeto de **natureza contínua e despesa rotineira**. Este artigo estabelece parâmetros importantes para a definição e execução de contratos, visando garantir a eficiência e a transparência nas relações contratuais. Considerando a natureza contínua do serviço em questão, é fundamental que estejamos preparados para garantir sua continuidade e qualidade ao longo do tempo. Além disso, por se tratar de uma despesa rotineira, devemos estar atentos à sua gestão financeira de forma a assegurar a disponibilidade dos recursos necessários para sua execução.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Base de Aviação de Taubaté - Div Adrm	PAULO CAVALCANTI DE ARAUJO FILHO - CEL

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Contratação de serviço de manutenção de veículos, conforme condições, quantidades e exigências descritas abaixo.

4.2. O objeto desta contratação se enquadra como serviço de natureza continuada sem dedicação exclusiva, visto que se almeja a manutenção da operacionalidade da viatura Carro Contra Incêndio Fênix 4x4 Lavrita de Chassi Scania Modelo P440. A natureza dos serviços abarcados pelo presente estudo são caracterizados como serviços comuns e estão tecnicamente definidos como “manutenção preventiva” que, eventualmente, engloba a “solução de discrepâncias” (manutenção corretiva) em virtude de problemas encontrados, os quais está previsto no Anexo “II” deste estudo.

4.3. A contratação requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União. Além disso, o Termo de Referência deverá referenciar os critérios e as práticas de sustentabilidade socioambientais e de acessibilidade, atendendo ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no Art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.4. Os serviços deverão ser executados por empresa com qualificação técnica estando de acordo com a ABNT NBR nº 15681/2009 para intervir, pois os serviços executados pela CONTRATADA devem possuir Garantia Técnica contra qualquer defeito de mão de obra ou suprimento aplicado. Portanto a futura CONTRATADA deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato, conforme estabelecido na disposição 2.4 do anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP. Em razão da complexidade do objeto, é imprescindível que a empresa contratada comprove experiência anterior em serviços da mesma natureza e grau de dificuldade, de modo a assegurar a adequada execução contratual. Logo poderá ser utilizado Atestado(s) de capacidade técnica, conforme modelo (anexo III), deste instrumento.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. Os serviços realizados deverão ser verificados e atestados por um técnico Mecânico de Viatura Auto da seção de viaturas da Divisão de Aeródromo da Base de Aviação de Taubaté.

4.7. Dessa forma, o representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do serviço.

4.8. Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos no objeto, em conformidade com a legislação específica aplicável e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), sendo que os itens considerados inadequados ou que não atendem às exigibilidades, não será aceito e o pagamento de toda parcela ficará suspenso, até sua regularização de forma integral.

4.8.1. Entende-se por serviço inadequado, aquele que apresentar-se com: Inferior qualidade, fora das determinações legais, em desacordo com as especificações constantes na relação de Itens do Objeto e Termo de Referência.

4.8.2. Os serviços considerados inadequados e/ ou irregulares, que não atenderem às exigibilidades do Edital e Termo de Referência poderão ser devolvidos no todo ou em parte, determinando a sua substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e Termo de Referência. Na impossibilidade de serem substituídos ou refeitos, serão aplicadas as sanções previstas no Edital, Termo de Referência e demais cominações legais.

4.9. Levando-se em consideração a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os custos da contratação, será previsto da CONTRATADA habilitação econômico-financeira. A exigência de qualificação econômico-financeira visa assegurar que a empresa licitante disponha de capacidade para arcar com as obrigações contratuais, inclusive em casos de serviços emergenciais, fornecimento de peças sobressalentes e deslocamento técnico imediato..

4.10. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.11. Na hipótese de instalação inadequada de peça, componente ou acessório, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata regularização, sem quaisquer ônus para o Contratante.

4.12 As peças e acessórios deverão ser novos, de primeiro uso, originais ou recomendadas pelo fabricante, com garantia de fábrica/montadora e os serviços prestados deverão ter garantia expressa no orçamento da Contratada.

4.13. Após a conclusão dos serviços prestados, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura, encaminhando-a posteriormente à CONTRATANTE para conferência e assinatura pelo responsável.

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.16. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

- A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- A contratada deverá seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho;
- Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança (EPI).

4.17. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.17.1. efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhando da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes aos serviços prestados, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.17.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 4.17.3. comunicar à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.17.4. manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.17.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 4.17.6. responsabiliza-se integralmente pela prestação dos serviços licitados, mediante recebimento da NOTA DE EMPENHO (NE) de acordo com este ETP, nos termos da legislação vigente.
- 4.17.7. não realizar o serviço do objeto licitado sem a prévia NOTA DE EMPENHO (NE), para início das atividades.
- 4.17.8. constatada situação de irregularidade junto ao SICAF, a contratada será notificada por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação. Caso não regularize dentro do prazo e não solicite prorrogação de prazo será aberto procedimento administrativo.
- 4.17.9. designar preposto para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE, quando necessário.
- 4.17.10. caso haja necessidade de adequação de algum item do objeto, face descontinuidade de produção ou desabastecimento nacional, a contratada, deverá apresentar justificativa e/ou solicitação por escrito, com a descrição detalhada do item, no prazo máximo de 2 (dois) dias posterior ao recebimento da NOTA DE EMPENHO.
- 4.17.11. arcar com todos os ônus necessários ao fornecimento dos serviços licitados e contratados, mediante NOTA DE EMPENHO (NE), à completa e correta realização dos serviços, inclusive impostos, taxas, e emolumentos incidentes sobre o objeto desta licitação, fretes, bem como os encargos técnicos e de seguro de acidente de trabalho.
- 4.17.12. assumir, com exclusividade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, aos encargos trabalhistas, aos prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 4.17.13. não será admitida em nenhum hipótese de transferência do Contrato, no todo ou em parte, a outrem.
- 4.17.14. permitir que servidor do Órgão Gerenciador e/ou Órgão(s) Participante(s), designado para este fim, o Fiscal de Contrato efetue a devida fiscalização da documentação fiscal recebida da entrega dos serviços, bem como, da quantidade e da qualidade dos serviços licitados e contratados, mediante NOTA DE EMPENHO (NE).
- 4.17.15. solicitar o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, na Divisão de Aeródromo, situada no interior das instalações do Órgão Gerenciador, local onde será realizada a entrega dos serviços solicitados mediante NOTA DE EMPENHO (NE) em horários constantes em acordos firmados entre as partes.
- 4.17.16. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão transportar e executar os serviços de entrega do objeto da licitação, encaminhando profissionais com formação adequada para o desempenho das atividades, portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 4.17.17. manter disciplina nas instalações militares, retirando imediatamente, após notificação, qualquer empregado considerando com conduta inconveniente pela Administração.
- 4.17.18. manter os funcionários devidamente identificados com crachá, com fotografia recente a uniformizados, provendo-os com Equipamentos de Proteção Individual - EPI's que se fizerem necessários.
- 4.17.19. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.
- 4.17.20. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 4.17.21. cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.
- 4.17.22. instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração, comunicando imediatamente a este, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional e que atente contra o patrimônio da CONTRATANTE, para que sejam adotadas as providências necessárias.
- 4.17.23. manter supervisionados os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- 4.17.24. identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração.
- 4.17.25. executar a entrega dos serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração.

4.17.26. repor qualquer material ou bem pertencente à Administração e/ou terceiros que for danificado, roubado ou furtado na entrega do material, por negligência de seus funcionários, após devida apuração do fato, assegurada ampla defesa.

4.17.27. responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de entrega dos serviços, em razão de ação ou omissão ou de quem em seu nome agir.

4.17.28. utilizar toda e qualquer mão de obra complementar necessária à perfeita entrega dos objetos licitados, sem ônus para a Administração.

4.17.29. assumir inteira responsabilidade do fornecimento dos materiais necessários para a realização dos serviços contratados de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do Edital e seus anexos.

4.17.30. responder perante a Base de Aviação de Taubaté e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto desde instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo a contratação deste Registro de Preços.

4.17.31. solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com o objeto desta Especificação Técnica.

#### **4.18. Das especificações do fornecimento de peças e acessórios:**

- Todas as peças e acessórios aplicados no veículo deverão ser originais do fabricante, genuínas, de primeira linha e sem uso prévio;
- A empresa contratada deverá providenciar, quando houver necessidade de substituições de acessórios, componentes, partes e peças de reposição, orçamento, com os valores à vista das tabelas de preços das fabricantes, que deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato, por sua vez, autorizará, ou não, a execução do serviço com a possível reposição de peças e acessórios.

- A empresa contratada deverá prestar contas e esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos e serviços subcontratados, fornecendo toda e qualquer informação ao Fiscal do Contrato para acompanhamento da execução contratual, tais como:

- Apresentar cópia dos documentos fiscais de compra de peças e acessórios adquiridos e efetivamente utilizados no veículo da Contratante.

- A empresa contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato as peças e acessórios que foram substituídos devido a reparos, bem como as embalagens das peças e acessórios adquiridos.

- O descarte dos produtos descritos no subitem anterior, somente serão feitos após a conferência pela fiscalização do contrato, que autorizará a retirada das peças, acessórios e embalagens apresentadas.

- Apresentar cópia dos documentos fiscais de serviços subcontratados efetivamente prestados no veículo da Contratante.

#### **Das especificações do fornecimento e instalação de pneus:**

- A empresa contratada deverá efetuar a substituição de pneus, conforme os preceitos da Resolução nº 558/80, de 15 de abril de 1980 (CONTRAN) ou sempre que um defeito de força maior exija sua substituição, desde que avaliado e autorizado pelo Fiscal do Contrato.

- Os pneus deverão ser novos, não reformados ou recauchutados ou remoldados, de acordo com as normas da ABNT/NBR, com selo do INMETRO e índice de carga, conforme recomendação do fabricante.

#### **Das especificações dos serviços de geometria:**

- A empresa contratada deverá efetuar o ajuste da suspensão e cambagem de forma que garanta a segurança e a estabilidade do veículo.

- A empresa contratada deverá fornecer à Contratante, após a execução dos serviços de geometria no veículo, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

#### **Das especificações dos serviços de balanceamento de rodas:**

- A empresa contratada deverá executar o cálculo de desbalanceamento externo e interno das rodas, estático e dinâmico, fazendo os ajustes necessários, a fim de deixá-las com o balanceamento correto.

- A empresa contratada deverá fornecer à Contratante, após a execução dos serviços de balanceamento de rodas do veículo, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

#### **Das especificações dos serviços de revisão do sistema de transmissão:**

- A empresa contratada deverá realizar lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas, balanceamento de eixo se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.

#### **Das especificações dos serviços de revisão do sistema de direção:**

- A empresa contratada deverá realizar aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção e outros.

#### **Das especificações dos serviços de revisão do sistema de freios:**

- A empresa contratada deverá realizar regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.

**Das especificações dos serviços de revisão do sistema de arrefecimento:**

- A empresa contratada deverá realizar exame do radiador, verificação do nível de água, mangueiras, fluído de radiador e outros.

**Das especificações dos serviços de revisão de motor:**

- A empresa contratada deverá realizar verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.

**Das especificações dos serviços de revisão do sistema de suspensão:**

- A empresa contratada deverá realizar verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros.

**Serviços de revisão do sistema elétrico e eletrônico:**

- A empresa contratada deverá realizar a verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.

**Serviços de borracharia:**

- O serviço de borracharia deverá ocorrer sempre que necessário, visto não se poder prever a necessidade de sua ocorrência. E será caracterizado pelo serviço de montagem e desmontagem de pneus, bem como pelo conserto, troca de pneus e câmara de ar, furados ou que tenham sofrido qualquer avaria.  
- A Contratada deverá montar e desmontar os pneus do veículo da Contratante utilizando-se de equipamento hidráulico que evite o atrito do mesmo com o aro das rodas.

**Serviço de manutenção da super estrutura - Sistema de Combate a Incêndio:**

- A Contratada deverá realizar as manutenções necessárias para que o sistema de combate a incêndio da viatura Fênix 4x4 Lavrita de Chassi Scania Modelo P440 esteja sempre em condições de emprego, todas as revisões, substituições de peças necessárias para o correto funcionamento e emprego do sistema, deverá ser realizado.

**5. Levantamento de Mercado**

5.1. Foi elaborado um levantamento de mercado de empresas especializadas em manutenção de veículos de emergência Carro contra incêndio e chegou-se a conclusão que as mesmas atendem aos requisitos exigidos deste edital e que a atividade não é considerada restrita. Conforme tabela abaixo:

EMPRESAS LEVANTADAS	
Lavrita Engenharia Consultoria e Equip Industriais CNPJ: 46.954.004/0001-00	São Bernardo do Campo - SP
LCM Veículos Especiais LTDA CNPJ: 46.642.225/0001-42	Atibaia - SP
SGR Comércio e Manutenção de Equipamentos – ME CNPJ: 21.766.882/0001-70	Santo André -SP
ITURRI Coimpar Indústria e Comércio de EPT's LTDA CNPJ: 61.451.654/0001-26	Atibaia - SP

5.2. Após a realização de um levantamento junto aos órgãos que possuem carros contra incêndio, foi elencada somente uma alternativa que pode atender a necessidade do serviço. A alternativa é apresentada a seguir:

5.2.1. Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção preventiva de carros contra incêndio;

5.2.2. Contratar uma empresa que preste o serviço continuado de manutenção é a opção que melhor atende as necessidades de apoio para o funcionamento das atividades-fim do SESCINC, uma vez que a empresa já possui em seus quadros funcionários qualificados para os serviços que serão realizados de acordo com os padrões exigidos pela fabricante do veículo.

5.3. Sendo assim, a contratação de serviço torna-se a opção mais viável para sanar o problema existente, bem como possibilitar a disponibilidade da viatura, garantindo sua eficiência e a segurança do pessoal transportado e em operação.

5.4. A contratação de manutenção de veículos, caracteriza-se pela contratação remunerada para sua execução, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidade participante, estabelecidas no Termo de Referência. A contratação poderá ser feita em uma só vez ou em parcelas conforme demanda da contratante.

5.5. No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.6. Será utilizado o registro de preços que é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras, com prazo de validade não superior a doze meses e realização periódica de pesquisa de preços. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades desta OM (Organização Militar) citadas nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema, a saber: aquisições frequentes, quantitativo que não se pode definir previamente com exatidão, necessidade de entregas parceladas e a pluralidade de órgãos beneficiados.

5.7. Além disso, a não capacitação em instalação, em pessoal e em ferramental, a não vocação da atual estrutura da Av Ex, para esse nível de intervenção de manutenção, bem como o alto custo de investimento que esta capacitação exigiria, enseja a terceirização desse tipo de serviço. Ressalta-se que a maioria dessas manutenções deve ser executada em oficinas especializadas, detentoras de grande capacidade e competência técnicas, além de serem acreditadas e homologadas por órgãos competentes, já que, em alguns casos, implicam em intervenções de inspeção de vulto, obrigando a desmontagem completa do sistema e a aplicação de um grande número de ferramentas, equipamentos de apoio especiais e tecnologias.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços de manutenção da viatura contra incêndio Fênix 4x4 Lavrita, como fornecimento de peças, para divisão de Aeródromo sob responsabilidade administrativa da Base de Aviação de Taubaté (BAvT), conforme especificações e quantitativos estabelecidos.

6.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto do Termo de Referência.

6.3. Testar na presença de militar indicado pelo contratante todos os serviços concluídos, ficando a aceitação final dependente de aprovação. A contratada deverá arcar com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos os testes necessários.

6.4. Comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

6.5. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato.

6.6. O preço de referência será apurado mediante a apresentação de, no mínimo, 3 (três) orçamentos de concessionárias/autorizadas do veículo, considerando o de menor valor como referência.

6.7. Na impossibilidade de apresentação da quantidade mínima de orçamentos, necessitará de justificativa pela contratada, que será examinada pela fiscalização.

6.8. Fornecer ao contratante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, orçamento detalhado para execução dos reparos, discriminando quantidade de horas por serviço com os respectivos valores, indicando o preço por hora/homem trabalhada e detalhamento das peças de reposição.

6.9. As peças deverão ser genuínas e adquiridas pela contratada em concessionárias da marca, conforme o disposto no Termo de Referência.

6.9.1 Caso seja devidamente comprovada, por documento idôneo, a inviabilidade de aquisição das peças genuínas, conforme previsto no TR, poderão ser utilizadas, **EXCEPCIONALMENTE**, peças originais adquiridas em lojas credenciadas.

6.10. Executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização formal do servidor responsável pela fiscalização do contrato, ficando os serviços executados sem autorização sujeitos ao não pagamento.

6.11. A autorização expressa a que se refere o item anterior, se dará por meio de e-mail ou outro meio de comunicação fornecido pela contratada.

6.12. Entregar o veículo submetido aos serviços devidamente limpos, livres de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como, graxa, óleo, cola, tinta, poeira, etc.

6.13. Promover condições para a fiscalização de todos os serviços contratados, bem como dos seus procedimentos e técnicas empregados.

6.14. Realizar os consertos, de acordo com o manual e normas técnicas do fabricante, efetuando-se os necessários ajustes, reparos e substituição de peças, sem ônus adicionais daqueles estabelecidos em sua proposta.

- 6.15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia e expressa anuência da contratante, sendo admitido como serviços de terceiros retifica de motor, bomba injetora, capotaria e tapeçaria, vidraçaria, lanternagem, funilaria e pintura, borracharia, aplicação e/ou remoção de película não refletiva em áreas envidraçadas de veículos, e de adesivos do uso em veículo caracterizado no padrão do Exército Brasileiro.
- 6.16. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças destinadas à substituição.
- 6.17. No caso de fornecimento de bens importados, a contratada deverá apresentar a documentação que comprove a origem dos bens e a quitação dos tributos de importação a eles referentes.
- 6.18. Para a realização dos testes de funcionamento até o limite de 5 Km, a contratada não necessitará de autorização prévia do contratante se efetuado dentro do Complexo da Aviação do Exército em Taubaté-SP. A contratada deverá solicitar autorização para os testes cujo percurso seja superior a 5 Km se por ventura o veículo estiver fora do Complexo da Aviação do Exército, no local destinado pela contratada, nos casos em que não for possível a realização da manutenção nas instalações da Garagem da Divisão de Aeródromo.
- 6.19. As peças, materiais e acessórios substituídos serão verificados, ficando a contratada responsável pelo descarte das peças, respeitando a legislação ambiental, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos disposto na Lei no 12.305/2010, devendo comprovar ao contratante no prazo de 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente à referida substituição.
- 6.20. Permitir ao fiscal do contrato fiscalizar os serviços que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo o fiscal sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas da ABNT, ou seja, as NBR's 15.296/2005 e 15.832/2010, especificações e técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros.
- 6.21. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos veículos, quando da execução dos serviços, incluindo todos os acessórios e objetos neles contidos, devendo corrigir e recompor as partes atingidas, para que fiquem em perfeito estado de funcionamento, obrigando-se à reparação total em caso de furto, roubo, incêndios ou acidentes.
- 6.22. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 6.23. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.
- 6.24. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 6.26. A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto do contrato.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7.1 Estimativas das quantidades:

- 7.1.1 Para definição do quantitativo de serviços demandados na manutenção do Carro Contra Incêndio Fênix 4x4 Lavrita de Chassi Scania Modelo P440, foram observados e considerados os seguintes fatores: Cronograma de manutenção preventivo baseados no manual do carro; e Roteiro de verificações a serem realizadas, conforme o Anexo “I” e “II”, descrevendo serviços e a relação Homem/hora necessária para execução por unidade de sistema.
- 7.1.2 O número de 397 (trezentos e noventa e sete) Homem-hora, para atender as demandas de manutenções preventivas no Carro Contra Incêndio Fênix 4x4 Lavrita, do item 01, são uma estimativa em função da análise realizada pela Seção Contra incêndio, de acordo com o manual de manutenção.
- 7.1.3 No que tange às manutenções relativas ao Item 02 do grupo licitado, por não ser previsível definir antecipadamente os quantitativos e os tipos de discrepâncias que ocorrerão ao longo da execução do contrato, nos diversos componentes/peças do Carro Contra Incêndio Fênix 4x4 Lavrita, foi estabelecido um quantitativo de Homem-hora de 434 (quatrocentos e trinta e quatro), conforme histórico de serviços realizados de manutenção contidos na tabela abaixo.

Ano	Tipo de Serviço / NE	Valor
2022	Manutenção Corretiva, contrato nº 10282/2021 / 2022NE001051	R\$ 66.356,40
2023	Manutenção Corretiva, contrato nº 10282/2021 / 2023NE001867	R\$ 63.413,29
2024	Manutenção Corretiva, contrato nº 10282/2021 / 2024NE000563	R\$ 39.997,56
2025	Manutenção Corretiva, contrato nº 10282/2021 / 2025NE001051	R\$ 30.000,00
Valor Total		R\$ 199.767,25

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 623.250,00

8.1 O orçamento utilizado como referência para escolha das propostas mais vantajosas para Administração Pública foi realizado de acordo com a instrução normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.2 Desta maneira, o preço estimado foi atingido em decorrência do valor obtido a partir de método matemático aplicado em série dos preços coletados, desconsiderando, na sua formação, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

8.3 Na pesquisa de preços, foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, formas de pagamento, fretes e garantias exigidas.

8.4 Cumpre esclarecer que apesar de constar no processo, não foi utilizada a pesquisa de preços realizada no “Painel de Preços”, pois os valores obtidos encontram-se incompatíveis com o valor de mercado.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O agrupamento dos itens tem o escopo de assegurar a exequibilidade da contratação.

9.2 Nesse sentido, O parcelamento da solução não é tecnicamente viável, não se aplicando à presente demanda, sendo necessária, portanto, a contratação do objeto em um único grupo que se demonstra técnica e economicamente viável e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar, a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

9.3 O serviço de manutenção do veículo deverá ser executado com fornecimento de peças e acessórios, para preservar a economia e qualidade da prestação, em virtude, principalmente, das ocorrências de garantias, dos serviços, das peças e acessórios utilizados na prestação, pois caso haja necessidade de cobertura de garantia para qualquer um dos itens, uma única empresa será responsabilizada e deverá cobrir as falhas, tanto em peças, quanto em serviços, não gerando custos adicionais.

9.4 A contratação de serviços sem fornecimento de peças traduz morosidade na execução do serviço, considerando as manutenções mediante substituição de peças, seria necessário realizar a contratação do fornecedor de peças, este, por sua vez, realizar a entrega, dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto na legislação em vigor. Caso a peça entregue não seja a correta, por algum equívoco ou por diferenças de numeração de catálogos, seria necessário mais 30 (trinta) dias para realizar sua troca, ocorrendo o atraso na execução do serviço que prejudicará as atividades desta Divisão.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não ocorrerá contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Está contratação está alinhada com o mapa estratégico da Base de Aviação de Taubaté (BAvT), com o intuito de contribuir para o aumento da operacionalidade da Aviação do Exército e da efetividade da gestão do bem público.

11.2. O Exército Brasileiro também normatizou através da Portaria nº 440, de 23 de março de 2018, a aquisição de serviço de manutenção de veículos no âmbito do Exército Brasileiro.

11.3. A contratação está incluída totalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) da Ba Av Taubaté e alinhada com os objetivos institucionais do órgão.



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da manutenção da integridade patrimonial e pessoal, além de atender às normas em vigor, mantendo o veículo dentro dos padrões exigidos para o funcionamento da atividade de prevenção, salvamento e combate a incêndios. Atividade essencial da Seção Contra incêndio da Base de Aviação de Taubaté.

12.2 Temos como benefício direto a preservação do patrimônio público, e como indireto a qualidade nos serviços prestados.

## 13. Providências a serem Adotadas

### 13.1. Planejamento da Contratação

#### 13.1.1 Estudo Preliminar:

- Realize um estudo técnico preliminar para identificar a necessidade da contratação, abrangendo o objeto (manutenção da viatura com fornecimento de peças), quantidades, periodicidade e demais especificações técnicas.
- Considere a estimativa de demanda futura e a viabilidade do uso do SRP.

#### 13.1.2 Pesquisa de Mercado:

- Realização de uma pesquisa de preços para obter uma estimativa do valor da contratação.
- Consultar diversas fontes, como fornecedores, contratações similares e banco de preços públicos.

#### 13.1.3. Elaboração do Termo de Referência:

- Definir claramente o objeto da contratação, incluindo especificações técnicas detalhadas da viatura e peças.
- Estabelecer os critérios de aceitação dos serviços e das peças fornecidas, prazos de execução, garantia, etc.

### 13.2. Escolha da Modalidade e Tipo de Licitação

#### 13.2.1. Pregão:

- Utilização da modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme art. 6º, incisos XXXVIII e XXXIX da Lei 14.133/2021, por ser mais célere e garantir maior competitividade.

#### 13.2.2. Sistema de Registro de Preços (SRP):

- A dotação do SRP para registrar os preços dos serviços de manutenção, garantindo flexibilidade na contratação ao longo do período de validade da ata de registro de preços (geralmente 12 meses).

### 13.3. Preparação do Edital

#### 13.3.1. Edital:

- Elaboração do edital de licitação com base na Lei 14.133/2021 e no Decreto nº 10.024/2019 (no caso de pregão eletrônico).
- Inclusão de todas as informações essenciais: objeto, critérios de julgamento, condições de participação, documentação exigida, forma de apresentação das propostas, etc.

#### 13.3.2. Cláusulas Contratuais:

- Insira cláusulas específicas relacionadas ao SRP, como validade da ata, condições para adesão de outros órgãos, revisão de preços, etc.
- Inclua cláusulas de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual.

### 13.4. Não serão necessários treinamentos ou capacitações para a fiscalização do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A Contratada deverá observar e cumprir, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União.

14.1.1 A Contratada cumprirá os seguintes critérios de sustentabilidade quando do fornecimento de bens, no que couber:

14.1.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

14.1.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.1.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.1.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs); e

14.1.2 A Contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

14.1.2.1 Que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

14.1.2.2 Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.1.2.3 Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

14.1.2.3 Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.1.2.4 Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.1.2.5 A prática da logística reversa, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para o contratante;

14.1.2.6 Realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

14.1.2.7 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

14.1.2.8 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

14.1.2.9. Os lubrificantes e baterias a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401. De 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos na Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

14.1.3. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final dos lubrificantes e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

14.1.3.1. Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

14.1.3.2. Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

14.1.3.3. Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

14.1.3.4. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento dos lubrificantes e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

14.2. Nos termos do Decreto nº 2.783/98 e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783/98, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

14.3. Na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- 14.3.1. Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- 14.3.2. Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- 14.3.3. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
- 14.3.4. As substâncias a que se refere o item anterior devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- 14.3.5. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
- 14.3.6. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- 14.3.7. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático anti transbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente;
- 14.3.8. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração;
- 14.3.9. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

## 15. Outras Considerações

### Atendimento ao princípio da padronização e do parcelamento

15.1 Em atendimento ao art. 40, V da Lei n. 14.333/21, atesta-se o respeito aos princípios da padronização e do parcelamento, corroborando com a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho e economicidade.

### Compatibilidade com a Lei de Diretrizes orçamentárias

15.2 Para pregões SRP: Em atendimento à recomendação, informo que quando da efetiva contratação, o órgão documentará os autos com a indicação da dotação orçamentária respectiva (art. 17 do Decreto nº 11.462/2023).

### Atendimento ao princípio da segregação de funções

15.3 Informo que foi atendido o princípio da segregação de funções, conforme preconizado no Art. 5º, e do Art. 7º, § 1º da lei 14.133/21, tendo sido vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

### Práticas e critérios de sustentabilidade ou sua dispensa

15.4 Informo que a Portaria nº 123 - COLOG/C Ex, de 8 de agosto de 2022, discorre sobre a logística sustentável no âmbito do Exército Brasileiro. A contratação em pauta seguiu as determinações presentes nesta Portaria, assim como também foi consultado a Portaria SEGES /ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre o Plano Diretor de Logística Sustentável, tendo sido o processo em tela embasado por estas determinações.

### Não utilização do catálogo eletrônico de padronização

15.5. Em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, após pesquisa, verifica-se que o serviço objeto desta contratação não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

15.6 O catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, não sendo possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização na presente contratação. Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no

presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do objeto são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação dos itens ao fim a que se destinam, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. A Base de Aviação de Taubaté por meio de sua Divisão de Aeródromo (Div Adrm) é responsável pela operação, apoio e manutenção da infraestrutura do aeródromo do Comando de Aviação do Exército, inserido nessas atividades está o Serviço de Contra incêndio e Salvamento (SESCINC).

16.2. A fim de melhor cumprir a nobre missão de salvar vidas e proteger a atividade aérea, o SESCINC utiliza como ferramenta o Carro Contra Incêndio afim de garantir a segurança do aeródromo do Comando de Aviação do Exército.

16.3. Cabe ressaltar que a BAVT não possui o pessoal especializado para levantamento dos possíveis problemas do carro e sua manutenção preventiva.

16.4 Diante do exposto, a BAVT encontra-se compulsada a realizar a contratação do serviço de manutenção preventiva do Carro Contra Incêndio Fênix 4x4 Lavrita.

16.5. Principais pontos que justificam a contratação:

16.5.1. Necessidade de cumprir exigências legais quanto à prestação do serviço de contra incêndio e salvamento em aeródromo.

16.5.2. Necessidade de manter o SESCINC em condições operacionais para atuar nas possíveis emergências do complexo de Aviação do Exército.

16.5.3. A Lei de terceirização contempla esses serviços que, por sua natureza, são necessários ao órgão, cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades.

16.5.4. Os benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação relacionam-se essencialmente com salvaguarda da integridade física dos aeronavegantes do complexo de Aviação do Exército.

16.5.5. Benefício direto: funcionamento ininterrupto das atividades-fim do Serviço de Contra incêndio e Salvamento;

16.5.6. Benefício indireto: ampliação dos recursos disponíveis do Serviço de Contra incêndio e Salvamento.

16.5.7. Ante o exposto, foi levantado que faz-se indispensável, neste momento, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva no Carro Contra Incêndio Fênix 4x4 Lavrita.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JUAN RODRIGUES DE ARAUJO MARTINS COSTA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 13:54:31.*

**LUCAS PINHO DE OLIVEIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 12:16:56.*

**PAULO CAVALCANTI DE ARAUJO FILHO**

Agente de contratação